

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 - A Tutela Provisória	3
1.1. O Dever do Estado de Garantir a Efetividade da Tutela Jurisdicional.....	3
1.2. Fundamento Constitucional da Tutela Provisória.....	7
1.3. O Poder Geral de Cautela	9
1.4. Regras Gerais da Tutela Provisória	12
1.4.1. Características da tutela provisória	13
1.4.2. Momento do Requerimento: incidental ou antecedente	18
1.4.3. Momento da Concessão	19
1.4.4. Responsabilidade Objetiva do Requerente pelos Prejuízos Decorrentes da Efetivação da Tutela Provisória	21
1.5. Espécies de Tutela Provisória.....	24
1.5.1. Tutela Provisória de Urgência: tutela cautelar e antecipada.....	24
1.5.1.1. Requisitos para a Concessão	25
1.5.1.2. Possibilidade de Concessão da Tutela de Urgência de Ofício	32
Capítulo 2 - O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	35
2.1. Objetivos e Princípios Norteadores.....	35
2.1.2. O IRDR como tentativa de concretização de garantias constitucionais.....	38

2.2. Microsistema de Julgamento de Casos Repetitivos	42
2.3. Natureza do IRDR.....	44
2.3.1. Procedimento-Modelo.....	47
2.3.2. Causa-Piloto	51
2.4. Cabimento do IRDR	53
2.4.1. A efetiva repetição de processos.....	54
2.4.2. O risco à isonomia e à segurança jurídica.....	56
2.4.3. Ausência de recurso repetitivo sobre o tema objeto da controvérsia.....	59
2.5. Legitimidade para Requerer a Instauração do IRDR.....	60
2.6. Admissão do Incidente	63
Capítulo 3 – A Possibilidade de Concessão de Tutela Provisória como Alternativa à Suspensão dos Processos em IRDR	69
3.1. A Suspensão dos Processos.....	69
3.1.2. Possibilidade de Suspensão Parcial dos Processos	72
3.1.2. Extensão da Suspensão a Todo o Território Nacional.....	74
3.2. Cessaçã da Suspensã	78
3.3. A Suspensã é Cogente ou Facultativa?	80
3.4. Posiçã dos Tribunais	82
3.5. A Concessã de Tutela Provisória no Âmbito do IRDR	89
3.6. A Interpretaçã Provisória como Alternativa à Suspensã dos Processos	90
Conclusã	93
Referências Bibliográficas	97